

RELATÓRIO DE VIAGEM À
COMUNIDADE INDÍGENA PARKATEJÊ (P.I. MÃE MARIA) E SURUI (P.I. SORORÓ)

Iara Ferraz
Antropóloga
Universidade de São Paulo

Agosto 1984 - CVRD

ÍNDICE

A - Comunidade Indígena Parkatejê (P.I. Mãe Maria)	1
1. A questão das terras	1
2. Saúde e saneamento	4
3.a) Agropecuária e extrativismo	5
b) Obras do projeto	6
4. Educação	8
5. Manutenção	9
6. Equipamento a cargo da CVRD	10
7. Pessoal	10
Recomendações	11
B - Os Suruí do Posto Indígena Sororó	15
1. Terras	15
2. Saúde e saneamento	16
3. Agropecuária e extrativismo	17
4. Educação	20
5. Manutenção	20
6. Equipamento a cargo da CVRD	21
7. Pessoal	21
Recomendações	22

Este relatório trata da retomada dos trabalhos de assessoria à Cia. Vale do Rio Doce para questões pertinentes ao Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas em área de influência do Projeto Ferro-Carajás, particularmente em relação aos Postos Indígenas Mãe Maria e Sororó, localizados no sudeste do Estado do Pará, visitados no período compreendido entre 19 de julho p.p. e 12 do corrente.

Decorridos quase três anos de vigência do Convênio firmado entre a Cia. Vale do Rio Doce e a Funai, verificaram-se agora algumas modificações no que diz respeito ao acompanhamento dos "projetos de apoio" às comunidades indígenas; nesta última viagem realizada ao campo, acompanhamos a pesquisadora da Funai, Terezinha Baumann, que pôde observar, também detalhadamente, muitas das recomendações já apresentadas por esta assessoria em relatórios anteriores.

Atualmente, salta aos olhos o fato de que inúmeros aspectos das mudanças que vêm sendo desencadeadas em toda a região sudeste do Pará - e que certamente envolvem, em graus distintos, os Parkatejê (Gaviões de Mãe Maria) e os Surui (como é chamado o grupo do P.I. Sororó) - decorrem do desenvolvimento acelerado que se verifica na região. Cresce o descompasso existente entre a implantação dos grandes projetos na região (hidrelétrica de Tucuruí, mineração, empresas agropecuárias) e a qualidade de vida das populações regionais. Avolumam-se os conflitos pela posse da terra, apesar da atuação de órgãos governamentais específicos, como é o caso do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e devido a essa mesma atuação. A dificuldade de controle das endemias está aliada à intensificação das migrações motivadas sobretudo pelas atividades de garimpagem, predominantes em toda a região do médio Tocantins e baixo Araguaia, envolvendo uma população estimada em cerca de 240.000 pessoas. É neste cenário conturbado que se localizam as áreas indígenas de Mãe Maria e Sororó.

A - Comunidade Indígena Parkatejê (P.I. Mãe Maria)

1. A questão das terras

O leito da ferrovia de Carajás, que atravessou a área da reserva de Mãe Maria, transformou-se em via de acesso e penetração de invasores no seu interior, uma vez que inexiste fiscalização por parte das empreiteiras que ali desenvolvem seus trabalhos. Uma fiscalização efetiva e

constante deve ser providenciada em caráter de urgência, evitando assim que a utilização de formas violentas para a expulsão de posseiros⁽¹⁾ venha a por em risco a vida dos integrantes da Comunidade Indígena.

Um dos fatores que levou à intensificação das invasões ocorridas na reserva de Mãe Maria foi a permanência dos "posseiros do GETAT", como dizem os Gaviões, assentados no Loteamento Flexeiras - 46 lotes de 50 hectares localizado no interior da área do Mãe Maria, à beira da ferrovia de Carajás. A não-remoção destes posseiros oficiais estimulou a atuação de grileiros da região,

que vêm incentivando invasões no Mãe Maria, não raras vezes com o beneplácito desses "posseiros do GETAT" assentados à margem da ferrovia.

O loteamento Flexeiras existe desde 1981, quando começaram a ser assentadas pelo GETAT, em 46 lotes de 50 hectares, famílias de pequenos lavradores e comerciantes das redondezas; muitos já venderam suas poses ou simplesmente as abandonaram, tendo se transferido para outras localidades.

Em 1982, a Funai e a CVRD promoveram a redemarcação da área do P.I. Mãe Maria que, todavia, não foi completada exatamente no limite próximo ao rio Flexeiras (ver mapa em anexo), onde se sobrepõem títulos de finitivos dos Gaviões, do Sr. João Anastácio Queiroz Fº (grande proprietário e chefe político local) e do GETAT⁽²⁾. Naquela ocasião, os posseiros assentados pelo GETAT impediram que a demarcação fosse completada no trecho, chegando a usar de violência contra os técnicos em topografia que realizavam o trabalho.

(1) Alguns dias antes de nossa chegada ao Mãe Maria, agentes da polícia federal acompanhados do chefe da Ajudância de Marabá retiraram 35 pessoas daquele trecho no interior da reserva, muitas delas já pela terceira ou quarta vez. Eram grupos familiares de pequenos posseiros expulsos das redondezas - Tukurui, Jacundá, Goianésia, Arraias e Murumuru - que "tiravam poses" ali.

(2) A pesquisadora da Funai que nos acompanhou na viagem ao campo tratará em detalhes desta questão, uma vez que, para estudos, solicitou em Brasília os processos administrativos para a redemarcação da área do P.I. Mãe Maria.

A resolução destas questões está, evidentemente, relacionada; ou seja, a demarcação definitiva do limite sul da reserva de Mãe Maria está ligada à remoção das famílias assentadas pelo GETAT no interior da área indígena, exatamente na porção cortada pela ferrovia de Carajás. O GETAT dispõe de terras arrecadadas na região (terra devolutas) para onde poderiam ser transferidas as famílias, muitas delas mediante indenização, pois já plantam roças de arroz há três anos no Loteamento Flexeiras.

Torna-se cada vez mais indispensável a realização de frequentes sobrevôos de helicóptero nos limites da reserva, (prática anteriormente recomendada por esta assessoria), uma vez que o ritmo das invasões vem se acelerando, em virtude da própria abertura da ferrovia, que atravessou a área do P.I. Mãe Maria. A reavivitação das picadas e dos marcos deveria ser efetuada anualmente, possibilitando um controle da ocupação das faixas limítrofes da reserva indígena. O intenso movimento das populações expulsas de outras regiões reforça a vulnerabilidade dos territórios indígenas localizados nas chamadas regiões de "fronteira", tornando ainda mais complexa essa questão do controle de ocupação fundiária, especialmente na chamada micro-região de Marabá.

Durante nossa estadia, realizamos uma expedição ao leito da ferrovia de Carajás, no trecho compreendido entre os rios Jacundá e Flexeiras, de onde já se aproxima a instalação da chamada superestrutura (brita, dormentes e trilhos). Pudemos constatar que, apesar das recomendações anteriormente formuladas, as caixas de empréstimo não foram recuperadas. Barro e laterita em grande quantidade foram retirados do interior da reserva (mediante indenização em dinheiro) tendo permanecido enormes buracos que, mesmo nesta época de "verão" regional (seca), encontravam-se completamente alagados, criando ambiente para a proliferação de insetos como os anofelinos, vetores da malária.

Encontra-se em execução, pela Engevix S.A., o "Inventário para a Usina Hidrelétrica de Marabá", integrante do complexo de Tucuruí (Marabá, Santo Antonio e Santa Isabel, além da Usina de Tucuruí propriamente dita). Por ocasião desta última viagem realizada ao campo, junto ao escritório da Engevix (Marabá) obtivemos informações acerca da realização de estudos de tipos de solos, com a perfuração de inúmeros poços no interior da reserva indígena, em área utilizada com muita frequência pelos integrantes da Comunidade para caça e coleta. Apesar dos entendimentos mantidos pela empresa junto à Comunidade, através do chefe do Posto e da Ajudância de Marabá, a existência da reserva indígena deverá ser objeto de tratamento es-

pecífico pela empresa, que pretende agora realizar ali estudos sismográficos, com pequenas explosões no seu interior. Virá a ser necessário o acompanhamento formal e jurídico de todas as etapas desses estudos, previamente explicitadas à Comunidade Indígena Parkatejê, com a finalidade de se estabelecer normas para a sua eventual realização no interior da reserva.

Para os integrantes do chamado grupo da Montanha (um dos sub-grupos dos Parkatejê), cujo habitat tradicional era uma localidade situada em frente à cidade de Tucuruí, a construção da barragem para a usina hidrelétrica foi um processo desgastante e traumático, pois tiveram sua aldeia, roças e cemitérios completamente destruídos. Os componentes do grupo foram forçados a se transferir para a reserva de Mãe Maria, após o recebimento de uma indenização parcial, paga pela Eletronorte no início deste ano.

2. Saúde e saneamento:

Estas observações apresentam um caráter complementar, uma vez que as recomendações específicas foram encaminhadas através do assessor da CVRD para questões de saúde nas áreas indígenas do Pará, Dr. João Paulo Botelho Vieira Fº, da Escola Paulista de Medicina.

O sistema de abastecimento de água na Comunidade Indígena Parkatejê necessita de reparos, dado o seu mal dimensionamento por ocasião da concepção ^{do "projeto} de apoio", na área do Mãe Maria. A construção de um reservatório em concreto, com capacidade para 30 mil litros (150 litros/pessoa), abastecido por intermédio de uma moto-bomba (a ser adquirida) deverá implicar na sensível diminuição de gastos com combustível para a Comunidade. Atualmente, é necessário ligar o complexo motor-gerador cerca de três a quatro vezes ao dia para que as dez pequenas caixas d'água sejam abastecidas, ainda assim de modo insuficiente para o consumo do grupo.

A instalação de caixas d'água na enfermaria, na escola e na sede do Posto parece ter sido iniciada (e não completada), uma vez que foram construídas as armações em madeira que servem de suporte para as caixas de cimento-amianto. O funcionamento de um sistema de abastecimento de água faz-se necessário para a utilização adequada das instalações recentemente edificadas no Mãe Maria.

Uma perspectiva mais abrangente no campo da saúde deve in-

cluir a formação de monitores entre o grupo, uma vez que existem muitas pessoas interessadas. O intercâmbio de conhecimentos apresentaria aspectos positivos para um controle do estado de saúde do grupo de um modo geral, que conta atualmente com uma população de 196 indivíduos. Por outro lado, torna-se urgente e necessário elaborar um programa educacional específico para a Comunidade, tendo em vista o uso de todos os equipamentos e instalações ali existentes. Desse modo, viriam a ser evitadas, por exemplo, as queimadas de fundo de quintal que destroem os tubos de PVC, parte da rede de abastecimento de água. Trata-se de um projeto conjunto, abrangendo o trabalho da enfermeira, da professora, da lingüista e dos monitores.

3.a) Agropecuária e extrativismo

Os recursos disponíveis para a formação de extensos roçados da Comunidade Indígena Parkatejê deverão ser reprogramados de acordo com os ofícios encaminhados pelo chefe da Ajudância de Marabá, que já se encontram na Funai, em Brasília. Os recursos colocados à disposição em 1984 são insuficientes dada a grande extensão dos roçados para arroz, milho e mandioca - neste ano cerca de 30 alqueires, ou seja, 145 hectares - e do elevado custo de mão-de-obra regional contratada pela Comunidade. Esta mão-de-obra vem se tornando escassa devido às atividades de garimpagem, predominantes na região em época de seca, exatamente quando se dá início aos trabalhos de broca e derrubada de roçados.

A Comunidade Indígena Parkatejê contrata empreiteiros regionais que, por sua vez, encarregam-se da arregimentação de mão-de-obra para as distintas etapas dos trabalhos. Ou seja, para queimar, plantar, conservar e colher a produção destas roças, são necessárias várias empreitas, o que faz elevar o seu custo. A produção destina-se ao consumo da comunidade e também à comercialização, embora os preços mínimos oficiais sejam baixos, obrigando-os a estocar, para aguardar melhores ofertas, como foi o caso das 2.240 sacas de arroz produzidas neste ano.

De acordo com os entendimentos havidos entre representantes da Comunidade Parkatejê, o chefe do Posto e o chefe da Ajudância de Marabá, o montante de recursos disponíveis naquela Ajudância é suficiente para não interromper estes trabalhos, bastando apenas ser aprovada a reprogramação, uma vez que parecem existir saldos em outras rubricas orçamentárias. O caráter de emergência desta reprogramação foi enfatizado pelos representantes da Comunidade, já que as atividades na agricultura devem ser realizadas dentro de prazos determinados, considerando-se a época do ano (seca)

e a disponibilidade de mão-de-obra regional. Do mesmo modo, deverão ser complementados os recursos destinados às atividades de extração da safra de castanha-do-Pará a serem iniciadas em setembro próximo, quando o abastecimento da cantina da Comunidade deverá ser propiciado através dos recursos do "projeto de apoio".

Conforme foi salientado nos relatórios anteriores, a pecuária não se constitui em atividade econômica de grande importância para a Comunidade. Embora tenha sido iniciada há cerca de dez anos, os componentes do grupo temem a lida com o gado, tarefa que deixam aos cuidados de regionais. Atualmente, a Comunidade possui um rebanho de cerca de 170 cabeças de gado bovino (eram 100 em out.82) que se encontram em pastagens nas proximidades da reserva (km 66) até que se obtenha autorização da Eletro-norte para cercar com arame (e recursos oriundos do "projeto de apoio") vários trechos sob a linha de transmissão de alta tensão que atravessa a reserva. Num futuro próximo e de acordo com o contrato firmado entre a Funai, a Eletronorte e a Comunidade Indígena Parkatejê, o rebanho poderá ser mantido sob as torres metálicas em pastagens já em formação.

Outra possibilidade de manter o rebanho no interior da reserva está ligada à resolução definitiva da questão limítrofe da área junto ao rio Flexeiras, onde se encontram, em seu interior, pastagens ora ocupadas pelo rebanho bovino pertencente ao Sr. João Anastácio Queiroz Fº, grande proprietário de terras na região.

b) Obras do projeto:

Conforme apresentado anteriormente, o sistema de abastecimento de água da Comunidade necessita ser completado com urgência, mediante a construção de um reservatório em concreto, com capacidade adequada. A necessidade de sua reconstrução decorre do mau dimensionamento do projeto ⁽³⁾.

Para o próximo ano, o projeto da Comunidade inclui a construção de oito novas casas, dado o acrécimo populacional verificado entre o

(3) A este respeito, inúmeras observações foram apresentadas por esta assessoria. (vide relatórios de 1982 e 1983). Acreditamos que seja desnecessário repeti-las aqui.

grupo. Novas unidades familiares constituíram-se através de casamentos e também devido à transferência de uma família vinda de Tucuruí e outra do P.I. Guamã, nas proximidades de Belém. A primeira foi forçada a abandonar a área e vir para o Mãe Maria devido à construção da barragem da usina hidrelétrica de Tucuruí, exatamente no local da aldeia lá existente. A mudança para o Mãe Maria da família que estava com os Tembê do P.I. Guamã, numa aldeia localizada no município de Capitão Poço, foi decorrente de um convite formulado pelo próprio Krohokrenhum, chefe dos Gavião de Mãe Maria. Tratava-se de um seu ex-cunhado que, desde a época do contato, encontrava-se junto àquele grupo Tupi, onde se casara.

Quanto ao desenvolvimento das "obras do projeto", surge um problema específico, que diz respeito à dificuldade de se encontrar, na região, empreiteiros capazes, honestos e que contem com a confiança dos representantes da Comunidade. De acordo com a formulação apresentada por Krohokrenhum, chefe dos Parkatejê, o empreiteiro atualmente contratado permanecerá executando os trabalhos até que outro seja encontrado. É indispensável, por sua vez, o efetivo acompanhamento das obras por parte do chefe do Posto e do chefe da Ajudância de Marabá.

Foi discutido o projeto da Comunidade que trata da abertura de uma estrada no interior da reserva, partindo da rodovia PA-332 até uma importante "colocação" de castanha denominada "Limpeza", situada ao norte da reserva (ver no mapa em anexo), com a extensão de 30 km aproximadamente. O custo horário do trabalho de um trator de esteira na região é de 40 mil cruzeiros. Face à urgência demonstrada pelos representantes da Comunidade em abrir a estrada (que facilitará o controle de ocupação no território e a exploração dos castanhais localizados naquela porção), os trabalhos foram iniciados com a contratação de um tratorista-madeireiro (os únicos que dispõem do trator de esteira). Como forma de pagamento, a Comunidade disporia de toda a madeira de lei existente numa faixa de 100 metros - 50 metros para cada lado a partir do eixo da nova estrada. O tratorista, na primeira semana de trabalho, já havia empregado 107 horas para abrir cerca de 4 km de estrada e aguardava o pagamento.

O aproveitamento da madeira retirada apenas ao longo da estrada seria possível se, através do "projeto de apoio" e, portanto, mediante a interveniência específica da CVRD, um trator de esteira fosse obtido por um determinado período de tempo, ainda neste "verão" (seca) junto às empresas que atuam na região. Seria uma forma de reduzir os custos destas

operações e de inibir a pressão exercida pelas empresas madeireiras instaladas na região.

4. Educação

Na Comunidade Parkatejê há atualmente um escola tradiocional para as crianças e adolescentes. Um projeto de educação, entretanto, deve ser mais amplo, integrando esta escola e fornecendo-lhe intrumentos adequados, trabalhando a partir da realidade do grupo indígena.

A pressão social da sociedade nacional impõe o ensino a partir de uma realidade estranha à comunidade interessada, dissociada de suas tradições. Os Gavião têm, no entanto, nestes últimos anos, sentido a necessidade de recuperar seus costumes antigos como forma de coesão e resistência do grupo. Como parte desta tarefa, já se iniciou a coleta de narrativas cosmogônicas e de outros contos. Há ainda que coletar dois tipos de textos: "histórias de vida", que permitirão recompor a trajetória do grupo, onde se encontram remanescentes de pelo menos três sub-grupos antigos; "cantos", sejam de festas que se processam ao longo do ano, sejam aqueles cantados durante certas tarefas ou em determinados momentos do dia.

A organização deste material permitirá pensar na elaboração de um material especificamente didático, mas enquanto se trabalha em função deste, os textos podem circular na escola e motivar o interesse dos alunos por sua cultura tradicional. Em função disto e atendendo à realidade bilíngüe da população mais jovem, os textos devem ter publicação bilíngüe.

O Projeto se desenvolveria em diferentes etapas, como explicitado a seguir:

1. Publicação das narrativas cosmogônicas e outros contos já recolhidos, ilustrados por um componente da Comunidade.
2. Obtenção de "histórias de vida" para reconstituição da história recente do grupo: lutas, deslocamentos, alianças, vida cotidiana, etc. Obtenção dos cantos de festas e de cantos do cotidiano.
3. Elaboração de material didático.

A partir da consecução da primeira etapa do projeto já será possível trabalhar com algumas pessoas da Comunidade para obter variantes e discutir com as professoras a maneira de integrar este material ao ensino regular.

Ao mesmo tempo em que se trabalha com a Comunidade para

obter textos próprios, seria desenvolvido com as professoras um programa de estudos da língua, que lhes permitisse interessar-se pelo conhecimento das tradições do grupo. Esta atividade de orientação dos profissionais que vivem na Comunidade e ali trabalham visa a atingir um bom nível de prosseguimento da tarefa de ter escrita por esse povo sua própria história.

Conforme apontado nos relatórios anteriormente apresentados por esta assessoria, o setor de educação deve ser considerado, no Mãe Maria, a partir dessa perspectiva mais abrangente, incluindo o estímulo à recuperação do uso do idioma, e da cultura tradicional do grupo. Este programa de ensino incluiria ainda aspectos ligados à utilização de novos equipamentos instalados no P.I. Mãe Maria (sistema de abastecimento de água, fossas, etc.). A elaboração e o acompanhamento de um programa de educação adequado às peculiaridades do grupo deverão ser realizados com a colaboração da lingüista Leopoldina Araújo, ligada a Universidade Federal do Pará, que desenvolve trabalho de pesquisa lingüística junto à Comunidade desde 1974.

5. Manutenção:

De acordo com o convênio firmado entre a CVRD e a Funai, as despesas com manutenção dos postos indígenas e seus equipamentos deveriam dizer respeito à Funai, com seus recursos orçamentários, além de restringir-se ao necessário. A implantação do "projeto de apoio" no Mãe Maria acarretou em aumento considerável de combustível, o que acabou por tornar insuficientes os recursos disponíveis até então através da Ajudância de Marabá.

A sugestão dos representantes da Comunidade é de que haja uma nova rubrica em separado nos projetos: "combustível". No Mãe Maria, apontam a necessidade de se construir um depósito para óleo diesel (com capacidade para 2.000 litros) nas proximidades do Posto, possibilitando estocagem e sensível diminuição de gastos. Atualmente, a Comunidade dispense cerca de 2,5 milhões de cruzeiros por mês com combustível. O consumo será menor quando a Eletronorte vier a montar a rede de baixa tensão prevista, ao lado da existente e, com a instalação de transformadores, prover energia elétrica à Comunidade que teve seu território cortado pela linha de transmissão de alta tensão (Marabá-Imperatriz), subsidiária da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

6. Equipamento a cargo da CVRD:

Os representantes da Comunidade reclamam que a aquisição de determinados equipamentos - como as moto-serras, por exemplo - deveria ser efetuada por eles no comércio local, juntamente com o representante do órgão tutelar (o chefe do Posto), evitando possíveis descompassos na realização das atividades que dependem desses equipamentos. Foi o que ocorreu por ocasião da derrubada das novas roças: chegada a época, não dispunham das moto-serras solicitadas no início de 1984.

Muitos desses equipamentos passam a se constituir em "promessas do projeto", efetuadas por representantes do CVRD e da Funai quando de suas rápidas visitas ao Mãe Maria - são o caso do caminhão e do gerador que constam da programação de 1984 e ainda não foram adquiridos. O crédito existente em relação ao "projeto de apoio", entre a Comunidade, prende-se exatamente ao fato de diferentes pessoas elaborarem listas de solicitações, sempre de forma apressada, sem discussões mais detalhadas para, posteriormente, esses "pedidos" sofrerem remanejamentos, cortes, etc, sem que os integrantes da Comunidade sejam sequer consultados. Ou seja, a participação efetiva do grupo desde a elaboração do projeto, sua efetiva discussão até a gestão de todas as atividades (e recursos) que lhes digam respeito foram mais uma vez enfaticamente apontadas como condições indispensáveis para o prosseguimento do projeto no Mãe Maria e conseqüente operação da ferrovia que lhes atravessa o território.

De acordo com o chefe do Posto e os motoristas contratados, (na Ajudância e no Posto) os veículos adquiridos através do "projeto de apoio" - D-10 com tração dianteira - mostraram-se inadequados para a região. A tração não é utilizada nem mesmo em época de chuvas, tornando a manutenção do veículo dispendiosa e não se encontram peças de reposição na região.

A operação e manutenção de equipamentos como o trator, por exemplo, deve ser paulatinamente transferida para os componentes do grupo que estejam interessados. A transmissão de conhecimentos técnicos deve ser o objetivo da instalação desses equipamentos, ainda que sua adequação venha a se promover ao longo dos anos.

7. Pessoal.

O pessoal contratado pelo projeto de apoio no P.I. Mãe Ma-

ria - enfermeira, auxiliar de ensino, técnico agrícola, trabalhador braçal e motorista - está entrosado com o grupo; o trabalhador e o motorista são jovens membros da própria Comunidade. Duas professoras inicialmente contratadas (1983) apresentaram dificuldades de adaptação no P.I. Mãe Maria e solicitaram sua substituição por outra auxiliar de ensino. Conforme mencionado anteriormente, um programa mais amplo de educação deverá incluir atividades de orientação especial aos profissionais que trabalham junto àquela Comunidade, no sentido de se interessarem pelo conhecimento mais aprofundado da sociedade Parkatejê, tendo em vista um melhor desenvolvimento do trabalho.

Recomendações

1. Terras

- Instalação de postos de vigilância e sinalização especial ao longo da ferrovia, no trecho compreendido entre os rios Jacundá e Flexeiras (kms 685 a 720), bem como orientação adequada para o pessoal de operação e manutenção da ferrovia no interior da reserva de Mãe Maria. O pátio de manobra (já previsto) localizado no km 702 pode, eventualmente, servir também como posto de vigilância efetiva, provido de sistema de fonia, além de outros a serem instaladas pela CVRD na entrada e na saída da reserva.
- Transferência, mediante acordo e indenizações equivalentes às benfeitorias, dos assentamentos efetuados pelo GETAT em 1981 no interior da reserva de Mãe Maria - (Loteamento Flexeiras). A permanência dos posseiros do GETAT tem levado ao incremento das invasões ocorridas na reserva, exatamente ao longo do leito da ferrovia de Carajás.
- Término de demarcação da reserva, no limite próximo ao rio Flexeiras, suspensa por ocasião dos trabalhos de redemarcação, efetuados pela Funai em 1982.
- Realização de sobrevôos mensais, em helicóptero, para controle de ocupação nos limites da reserva.

- Reaviventação anual de marcos e picadas.
- Recuperação das caixas de empréstimo localizadas no interior da reserva, com aterro e reflorestamento com espécies nativas. Esta questão está ligada ao estabelecimento de um contrato de indenização (forma legal adequada) relativo à passagem da ferrovia de Carajás pela reserva de Mãe Maria, para o que será necessária a assessoria jurídica especializada. Deve-se pensar também no estabelecimento de uma forma de indenização perene à Comunidade, face ao impacto que será causado com a operação da ferrovia.
- Estabelecimento de normas específicas para a realização de estudos em área de caça e coleta da reserva de Mãe Maria, tendo em vista o "Inventário para a Usina Hidrelétrica de Marabá", já iniciado pela ENGEVIX S.A. Este procedimento evitará que se repitam todos os problemas advindos para a Comunidade Indígena Parkatejê com a construção da barragem de Tucuruí (necessidade de assessoria jurídica especializada). Inclui-se aqui a explicitação prévia e detalhada aos integrantes da Comunidade de todas as etapas dos estudos e suas finalidades.
- Sinalização adequada da rodovia PA-332, no trecho que atravessa a reserva de Mãe Maria (junto ao DNER).

2. Saúde e saneamento

- Construção de um reservatório de água, em concreto (observar que sua capacidade deve ser adequadamente dimensionada).
- Instalação de caixas d'água na enfermaria, escola e sede do Posto.
- Instalação de moto-bomba (complementando o sistema de abastecimento de água da Comunidade).
- Programa de educação para o uso dos equipamentos instalados (sistema de abastecimento de água, funcionamento das fossas, sanitários, etc).

- Formação de monitorias de saúde entre o grupo visando o intercâmbio de conhecimentos especializados (programa conjunto enfermeira, professora, lingüista, antropólogo).
- Convênio com clínica odontológica em Marabá para atendimento de casos de emergência.

3. Agropecuária e extrativismo/obras

- Aprovação da reprogramação para 1984, elaborada pela Comunidade em regime de emergência, encaminhada à Brasília através de ofícios pela Ajudância de Marabá (junho p.p. e complementação enviada em agosto), tendo em vista a formação, plantio, conservação e colheita dos roçados, além das atividades ligadas à extração de castanha-do-Pará.
- Abertura da estrada para a "colocação" denominada "Limpeza" (situada no centro da reserva), com uma extensão de aproximadamente 30 km. Necessidade de um trator de esteira para os serviços de desmate (evitando a atuação das empresas madeireiras da região). Reposição à Comunidade de cerca de 4 milhões de cruzeiros já dispendidos.
- Construção de oito casas em alvenaria (1985).

4. Educação

- Elaboração de um programa educacional especializado (bilíngüe), com a colaboração da Profª Leopoldina Araújo, da UFPA, incluindo a elaboração de material didático e formação de monitores, além da orientação dos profissionais que atualmente trabalham junto à Comunidade.

5. Manutenção

- Aos cuidados da Funai (de acordo com o Convênio) e restrita ao necessário.

- Ressarcimento à Comunidade dos gastos com combustível (criação de rubrica especial) e com a reforma do veículo da Comunidade.
- Construção de um depósito para óleo diesel, com capacidade para 2.000 litros (1985).
- Gestão junto à Eletronorte para a instalação de transformadores e rede de baixa tensão, tendo em vista o fornecimento de energia elétrica à Comunidade (sensível diminuição dos gastos com combustível).

6. Equipamento a cargo da CVRD

- Possibilidade de aquisição pela Comunidade (caso moto-serras).
- Possível substituição de veículo adquirido (D-10), uma vez verificada a sua inadequação para a região.
- Transferência de conhecimentos técnicos para os componentes do grupo (utilização e manutenção do trator, gerador, moto-serras, etc).

Uma vez transferida para a Comunidade a gestão do projeto, a programação (e reprogramação) de atividades estaria sujeita a um processo decisório específico, no âmbito da Comunidade, com o acompanhamento dos representantes locais do órgão tutelar, além do antropólogo assessor da CVRD.

B - Os Suruí do Posto Indígena Sororó

1. Terras

A principal recomendação apresentada anteriormente por esta assessoria - a devida ampliação da área indígena do Sororó - foi recentemente determinada pela atual administração da Funai, que deverá constituir um grupo de trabalho em caráter de emergência para esta finalidade.

A pesquisadora Terezinha Baumann, da Funai, que nos acompanhou nesta viagem ao campo, solicitou à Funai os processos administrativos que tratam da demarcação do P.I. Sororó para poder formular um parecer conclusivo acerca desta questão, tendo em vista a formação do grupo de trabalho. Inúmeros mapas, desenhos e croquis foram elaborados pelos Suruí e encaminhados sucessivamente à Funai, apontando os "erros" ocorridos na demarcação efetuada pela empresa Plantel em 1977.

No relatório apresentado em 1983 por esta assessoria à CVRD, foi devidamente apontada a importância dos Suruí recuperarem a porção do território que lhes foi subtraída por ocasião da demarcação, onde estão localizados grandes castanhais, áreas de caça e coleta, antigas aldeias e cemitérios.

A urgência em se ampliar o território Suruí prende-se à busca de titulação definitiva que vem se verificando na região, exatamente por parte dos grandes proprietários invasores da área do P.I. Sororó, tendo em vista a própria atuação do GETAT, em seus processos de arrecadação de terras devolutas (e ampliação de seu patrimônio).

Os representantes dos Suruí solicitaram que, anualmente, sejam colocados à disposição daquela comunidade recursos para se efetuar a reavivitação dos marcos e picadas limítrofes, uma vez que vem se intensificando a pressão de pequenos e médios proprietários regionais sobre o seu território. Alguns limites da área indígena deverão, inclusive, ser cercados com arame, de forma a marcar ostensivamente a existência de uma área tribal naquela localidade, numa tentativa de se evitar o incremento das invasões.

Após o alargamento da rodovia OP-2 e ligeira alteração de seu traçado, realizadas pelo Batalhão de Engenharia e Construção em 1983, verificou-se a intensificação do tráfego naquele trecho, sobretudo de caminhões, uma vez que diminuiu em cerca de 200 km a distância entre o norte do estado de Goiás e o sudeste paraense.

Esta rodovia, que corta a área indígena, deve dispor de sina

lização adequada em diversos pontos, de forma a evitar de modo progressivo e na medida do possível, a permanência de estranhos àquela comunidade em seu interior.

2. Saúde e saneamento

O P.I. Sororó oferece atualmente precárias condições de saúde para os componentes do grupo, devido à escassez de água verificada na aldeia durante o "verão". Os igarapés próximos secam e o poço é pouco profundo, descoberto e desprovido de um sistema adequado de bombeamento (manual). Torna-se cada vez mais difícil para as mulheres Suruí lavar ali louças e roupas no "verão" dada a escassez de água e a inadequação do local que, diariamente ao anoitecer, se transforma em um lamaçal fétido, pondo em risco a saúde dos componentes do grupo. Naquele local, junto à escola e ao poço, proliferam moscas e mosquitos em grande quantidade. O poço, além de descoberto, corre o risco de contaminação, pois foi construído a distância inferior a 10 metros da fossa da escola, quando a distância mínima recomendada por técnicos sanitaristas é de 20 metros.

Durante nossa estadia entre os Suruí, grande parte dos componentes do grupo encontrava-se dispersa em diferentes locais no interior da reserva, na mata. Tradicionalmente, os pequenos grupos familiares saem da aldeia para caçar e pescar nessa época de seca. Passam longas temporadas na mata, alimentando-se com mais abundância e retornam à aldeia por ocasião do plantio de seus roçados. Neste ano, a escassez de água na aldeia e a morte de um líder do grupo, vitimado num acidente com o veículo do "projeto", ocorrido ao final do mês de julho p.p., fizeram com que a permanência prolongada dos grupos na mata suscitasse um projeto de mudança de aldeia para outro local. Muitos componentes do grupo morreram nas proximidades dessa aldeia onde estão fixados atualmente (ao redor da qual já se deslocaram cerca de três vezes consecutivas) e esta é uma das principais razões para a mudança da aldeia, reforçada pelo luto recente de muita significância para o grupo.

As relações com seus vizinhos civilizados estreitaram-se, embora muitos componentes do grupo, principalmente os mais velhos rejeitem, de um modo mais profundo, esta aproximação. Demonstram claramente seu desagrado por ocasião dos jogos de futebol com os regionais, realizados aos domingos na aldeia, mediante o incentivo dos jovens do grupo. Para muitos, a

mudança da aldeia para uma localidade mais distante da estrada (a cerca de cinco km da aldeia), em direção ao centro da área, parece ter por objetivo um maior afastamento real em relação aos kamará, como chamam os "civilizados". Outros, ao contrário, decidiram permanecer muito próximos aos kamará, como as duas famílias que estão atualmente fixadas numa localidade denominada "Queimada" (de um roçado), a dois km da rodovia, além de uma outra, que já desde 1981 se encontra nas proximidades de São Raimundo, um pequeno povoado localizado no extremo sul do limite da área, à beira da estrada que liga São Domingos a São Geraldo do Araguaia.

A substituição da enfermeira contratada por um enfermeiro qualificado (e, conseqüentemente, a transferência do atendente de enfermagem) foi solicitada pelos representantes da comunidade Suruí. O argumento que prevalece é o de que, em determinadas circunstâncias "um homem tem mais coragem do que uma mulher para enfrentar a mata", conforme apontou Ti remé, referindo-se à necessidade, por exemplo, e muito frequente de atendimento a alguém que esteja distante da aldeia, no interior da área.

A formação de monitores de saúde pode vir a se constituir num programa de trabalho a ser desenvolvido junto ao grupo pelo enfermeiro qualificado, tendo em vista uma perspectiva mais ampla para o setor de saúde, entre os Suruí que contam, atualmente, com uma população de 106 indivíduos.

3. Agropecuária e extrativismo

A redução sofrida no território Suruí acarretou numa sedimentação do grupo ainda maior. O cultivo de extensos roçados passou a ser sucessivamente estimulado pelos servidores da Funai que trabalharam no P.I. Sororó. Uma vez que as roças familiares deixaram de ser incentivadas, o padrão tradicional de produção para subsistência foi rompido. A grande produção de arroz, principalmente, produto de baixo teor alimentício (e que, por sua vez, também encontra baixos preços no mercado) passou a ser estimulada em detrimento do cultivo de inúmeras qualidades de milho, mandioca e batatas, por exemplo, tradicionalmente conhecidas dos Suruí.

Uma reorientação adequada do projeto, através de um acompanhamento antropológico mais aprofundado, traria a possibilidade de uma lenta e gradual recuperação do grupo, no sentido de fortalecer a sua identidade étnica para fazer frente às condições da realidade do contato, numa re-

gião de grande tensão e conflito, como a do baixo Araguaia.

Através dos recursos do "projeto de apoio" e com a ampliação da área indígena - e a conseqüente incorporação de castanhais que lhes foram subtraídos - os Suruí poderão obter, através da comercialização da castanha, melhores condições de sobrevivência. Todos estes aspectos poderão, por sua vez, contribuir para a crescente resistência por parte dos integrantes do grupo em relação à pressão exercida pelas empresas madeireiras que atuam na região durante a estação seca, principalmente.

Por ocasião de nossa estadia no P.I. Sororó, observamos a grande movimentação de caminhões de madeireiras da região - dia e noite, inclusive aos fins de semana - retirando espécimes centenárias de mogno do interior da reserva indígena. Face às pressões sofridas, alguns segmentos do grupo decidiram comercializar toda a madeira-de-lei ali existente para que, num futuro próximo, não sejam mais molestados pelos madeireiros e seus agentes. O objetivo imediato dessas transações comerciais de madeira é a aquisição de mercadorias como camas, colchões, redes, cobertas, vestimentas e calçados para os componentes do grupo. Um dos contratos de venda - com a Madeireira Canadá, com sede no município de Xambioá (GO) - estabeleceu verbalmente com dois indivíduos do grupo a comercialização de 130 pés de mogno, pagos à razão de duzentos mil cruzeiros por árvore retirada. Trata-se, evidentemente, de esbulho do patrimônio Suruí. Estas operações poderiam, via de regra, ser sustadas através da Ajudância de Marabá, uma vez que o pagamento aos Suruí foi efetuado antecipadamente e, até o início do corrente mês, apenas cerca de 40 árvores haviam sido retiradas.

No entanto, talvez não seja suficiente apenas instaurar uma medida de força através da agência tutelar - e que, no caso, estaria voltada para a proteção de algum equilíbrio biótico existente na reserva, até então preservado pelos Suruí. A reorientação e compreensão do processo que se desenvolve entre o grupo só seria possível, conforme apontado anteriormente, através da realização de um acompanhamento antropológico prolongado. O trabalho de pesquisa junto ao grupo viria a possibilitar o conhecimento e o gradual debate de aspectos fundamentais da cultura tribal, que desenvolve mecanismos de recuperação e transformação, simultaneamente (o projeto da mudança de aldeia pode ser assim interpretado).

O adequado desenvolvimento do "projeto de apoio" entre os Suruí representa uma possibilidade nesta direção: a reafirmação de identidade étnica do grupo, provendo-o de condições dignas de sobrevivência naquela região paraense. Compreender o teor das relações dos Suruí com os kama-

rã, os "civilizados", o seu significado e dimensões cosmológicas mais profundas também vai permitir entender a direção de um processo de transformação que aquela sociedade atravessa, de modo tão particular.

A perspectiva de mudança de aldeia para uma antiga localidade, onde já tiveram aldeamento por ocasião dos contatos iniciais (por volta de 1957), vai implicar, necessariamente, em algumas discussões mais aprofundadas e especializadas, como por exemplo acerca dos materiais que serão empregados tanto para a construção da aldeia como das novas instalações do Posto (e sua distância em relação à aldeia). A observância de um padrão modesto e adequado à região, utilizando materiais como palha e madeira, por exemplo, é indispensável. Este procedimento viria a modificar o "modelo" apresentado pela agência tutelar (alvenaria e cobertura de Brasilite, materiais comprovadamente inadequados para a região).

Sem dúvida, os Suruí virão a solicitar a colaboração do "projeto de apoio" CVRD-FUNAI para a construção da nova aldeia: 19 casas de alvenaria? Qual o modelo que teriam tomado por referência? Certamente a nova aldeia dos Gaviões de Mãe Maria, visitada recentemente pelos Suruí, oferece um padrão que foi, sem dúvida, incutido ao longo dos anos pela administração tutelar junto àquela Comunidade, que sofreu inúmeras pressões de comerciantes de materiais de construção das redondezas, aliadas à negligência das serrarias, dos agentes locais do IBDF e da própria Funai, na época (1980). Deste modo, em relação aos Suruí e ao processo específico que atravessam, um minucioso acompanhamento de cunho antropológico será, mais uma vez, necessário.

As atividades ligadas à extração da castanha apresentam, entre os Suruí, aspectos particulares a uma divisão de trabalho interna ao grupo e em relação aos regionais. O incentivo à comercialização autônoma de sua produção, ou seja, sem a mediação da agência tutelar (mas com o acompanhamento do chefe do Posto e, virtualmente, do chefe da Ajudância de Marabá) data de uma época ainda recente (1979). A gestão destas atividades não é ainda algo consolidado, devido às constantes mudanças que sofre um "sistema político" particular aos Suruí. Uma orientação adequada e o apoio do projeto para a manutenção da cantina durante a época dos trabalhos de preparação para a safra e no seu desenrolar virão a se constituir em aspectos essenciais para a recuperação dos Suruí, após a devida ampliação da reserva, quando terão os seus castanhais reincorporados ao território.

Os Suruí dispõem de um pequeno rebanho de gado bovino que se

encontra numa pastagem localizada próxima ao povoado de São Raimundo, no extremo sul da reserva. É um dos componentes do grupo quem cuida desse rebanho associando-se, vez por outra, a algum regional. As pastagens em formação no interior da área destinam-se sobretudo aos muares que a comunidade possui. Habitados à lida com as tropas de burros para a realização de inúmeras tarefas, sobretudo em época de safra de castanha, para transporte no interior da área, os Suruí deverão adquirir mais dez animais, com recursos do "projeto de apoio", ainda para a safra vindoura.

4. Educação:

Uma perspectiva mais ampla de trabalho neste setor deve compreender a aprendizagem da língua, sobretudo por parte dos profissionais de ensino, como forma de despertar o seu interesse para as particularidades do grupo indígena, tendo em vista inclusive a elaboração de um material didático adequado.

Por ocasião de nossa estadia entre os Suruí, a auxiliar de ensino encontrava-se em São Luis (MA), para a realização de um curso intensivo de reciclagem, oferecido pelo Convênio CVRD-Funai às auxiliares de ensino contratadas pelo "projeto de apoio". Nesta oportunidade, teria sido indispensável a participação e colaboração efetivas de especialistas em educação indígena e lingüistas além dos técnicos educacionais ligados ao MEC.

O incentivo à aprendizagem da língua portuguesa não deveria ser dirigido com exclusividade da forma como vem se dando, através do funcionamento da escola no P.I. Sororó. A formação de monitores bilíngües entre os componentes do grupo possibilitaria maior adequação de um programa especial de ensino, sem que este processo de aprendizagem ocorra em detrimento da utilização do próprio idioma. A participação de profissionais em lingüística é importante, uma vez que se trata de um grupo efetivamente bi língüe.

5. Manutenção:

Tal como foi apontado em relação ao P.I. Mãe Maria, a manutenção do P.I. Sororó deve ser restringida ao necessário e ser efetuada através do órgão tutelar, tal como estabelecido no Convênio vigente entre a CVRD e a Funai.

6. Equipamento a cargo da CVRD

A utilização do trator no P.I. Sororó⁽⁴⁾ substituiu, em algumas atividades, o trabalho dos muares, com o agravante do dispêndio de combustível necessário para a operação de maquinaria tão estranha às peculiaridades da região habitada pelos Suruí. Ainda assim, a operação e manutenção dos equipamentos instalados através do "projeto de apoio" - veículo, trator (e caminhão que aguardam) - deverão gradualmente ^{ser} transferidas para os componentes do grupo que demonstram interesse no aprendizado de seu manuseio. Foi sugerida por muitos integrantes da comunidade Suruí a necessidade de realização de um treinamento (em mecânica) na própria aldeia, para onde um técnico se deslocaria por tempo determinado com este objetivo: a manutenção responsável e adequada destes equipamentos.

7. Pessoal

Os trágicos acontecimentos que antecederam a nossa estadia na aldeia Suruí dificultaram um aprofundamento das discussões relacionadas ao desenvolvimento do "projeto de apoio". O clima era de muita tristeza e consternação. O acidente ocorrido em julho p.p. com o veículo do projeto que vitimou fatalmente Sawarapi, jovem líder Suruí, provocou um abalo na estrutura de poder, uma vez que era recente a posição por ele assumida entre o grupo.

O afastamento do então chefe do Posto que, mesmo sem carteira de habilitação, dirigia o veículo com problemas de freio (e que se encontrava foragido) levou muitos componentes do grupo a questionarem a responsabilidade múltipla pelo acidente. A função do motorista contratado pelo projeto seria, além de dirigir o veículo, mantê-lo em condições perfeitas de utilização.

Desse modo, todo o pessoal contratado pelo projeto deve receber orientação e treinamento específico para o trabalho junto a uma sociedade indígena. É considerável a dificuldade enfrentada pela Funai no sen-

(4) Maquinaria que foi indistitamente adquirida para todos os Postos Indígenas sem que qualquer discussão mais aprofundada fosse realizada.

tido de preparar indivíduos para um trabalho tão específico. Como afirmou Tiremê (cunhado do finado líder Suruí), "eles não podem fazer as coisas do jeito como aprenderam no curso em Brasília (referindo-se ao chefe do Posto). Tem que aprender como é o jeito dos índios onde ele vai trabalhar!" De acordo com os integrantes do grupo, a maturidade e a sensatez necessárias ao desempenho da função de "técnico indigenista" (chefe de Posto) deverão ser observadas com cautela para a substituição que vai se verificar no P.I. Sororô em breve.

Tiremê também demonstrou sua preocupação acerca da continuidade do "projeto de apoio" e em relação aos recursos disponíveis para o P.I. Sororô, especificamente. Não houve oportunidade de apresentarmos entre os Suruí a proposta dos Gavião da Mãe Maria (em anexo), uma vez que foi formulada em ocasião posterior à viagem ao Sororô.

Recomendações

1. Terras

- Urgente ampliação da área indígena, incluindo castanhais e área de caça e coleta tradicionais, bem como antigas aldeias e cemitérios que foram subtraídos de seu território original (necessidade de constituição de um grupo de trabalho).
- Reavivitação anual de marcos e picadas demarcatórias (necessidade de cercar com arame alguns trechos limítrofes mais vulneráveis às invasões).
- Sinalização adequada da rodovia (OP-2) que atravessa a área indígena (prover a entrada da reserva com uma porteira).

2. Saúde e saneamento

- Pequenas obras de emergência no sistema de abastecimento de água na atual aldeia (aprofundamento do poço e instalação de bomba manual; cimentar o local de lavagem de roupas e louça, formando uma canaleta, ao lado do atual banheiro).

- Apoio ao projeto de mudança da aldeia (o que será discutido mais detalhadamente, com devido acompanhamento antropológico).
- Substituição da enfermeira por um enfermeiro qualificado e consequente transferência do atendente de enfermagem.
- Formação de monitores de saúde entre o grupo (intercâmbio de conhecimentos).

3. Agropecuária e extrativismo/obras:

- Reorientação para o plantio de cultivares tradicionais, tendo em vista a recuperação do grupo (os grandes roçados de arroz destinam-se sobretudo à comercialização, embora os preços de mercado não sejam satisfatórios).
- Apoio à mudança da aldeia com discussão pormenorizada acerca dos materiais adequados (palha e madeira) a serem empregados na construção das casas da aldeia e das instalações do Posto (sede, escola e enfermaria).
- Financiamento das atividades ligadas à extração de castanha (manutenção de cantina, aquisição de tropa de muares, cangalhas, sacos, etc), sobretudo durante a época da coleta da safra e seus preparativos (de outubro a maio).
- Acompanhamento antropológico permanente, tendo em vista aprofundar conhecimentos específicos acerca das relações dos Surui com os "civilizados" e, assim, poder compreender melhor o sentido das mudanças que se verificam (e, possivelmente, discutir uma reorientação do processo, visando o fortalecimento da identidade do grupo como possibilidade de sua recuperação).

4. Educação:

- Orientação para os profissionais que trabalham junto ao P.I. Sororó, com estímulo à aprendizagem do idioma Tupi, enquanto forma de aproximação de conhecimentos específicos que, com o devido acompanhamento (antropólogo e linguísta), permitirá um trabalho de elaboração de material didático adequado.

- Formação de monitores bilíngues entre o grupo.

5. Manutenção:

- Aos cuidados da Funai (de acordo com o Convênio) e restrita ao necessário.

6. Equipamento a cargo da CVRD:

- Transferência gradual da operação e manutenção dos equipamentos instalados pelo projeto para os integrantes da comunidade.
- Cursos de mecânica na aldeia, transmissão de conhecimentos técnicos aos integrantes do grupo.

7. Pessoal

- Substituição da enfermeira e chefe de Posto com preparo adequado, quando deverão ser observadas maturidade e sensatez. Dentro de pouco tempo o motorista deverá ser substituído por um integrante da Comunidade, especialmente treinado e habilitado.